



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**SECRETARIA-GERAL**  
**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES**

PROCESSO Nº 60050.000093/2022-22

**TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITA DE**  
**IMÓVEL Nº 001/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR**  
**INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**(MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA**  
**(DEADI) E A MITRA DO ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco “O”, CEP 70049-900, Brasília-DF, inscrito no **CNPJ** sob o nº **03.277.610/0001-25**, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna, o Senhor **HAROLD VANN HALLEN FONTES**, nomeado pela Portaria nº 709 - Presidência da República/Casa Civil, de 11 de junho de 2025 (publicada no DOU nº 110, Seção 2, de 12/06/2025), delegação de competência advinda da Portaria SEORI/SG-MD nº 130, de 10/01/2022 (publicada no DOU nº 8, de 12/01/2022) e Portaria nº 3.876/SEORI/SG-MD, de 15/07/2022 (publicada no DOU nº 136, de 20/07/2022, Seção 1, Página 42), portador da Matrícula Funcional nº 1492533, doravante denominado **CEDENTE**, e a **MITRA DO ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ** sob o nº **37.174.174/0001-80**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco “O”, sala 553, CEP 70049-900, Brasília/DF, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, neste ato representada por **DOM MARCONY VINÍCIUS FERREIRA**, conforme disposto na Ata de Posse Canônica no Ofício de Arcebispo Ordinário Militar do Brasil e nos termos do Estatuto do Ordinariado Militar do Brasil, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Cessão de Uso Gratuita de imóvel, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Cessão de uso gratuita dos imóveis de propriedade da União, localizados na CRNW 706, Lotes D e E, Setor Noroeste, Brasília/DF, destinados à construção e manutenção de templo religioso sob jurisdição do Ordinariado Militar do Brasil.

1.2. Descrições dos imóveis:

|   |   |
|---|---|
| RIP utilização                          | <b>9701.35601.500-0</b>   |
| Natureza do imóvel                      | URBANO  |
| Localização                             | Quadra <b>CRNW 706</b> , Lote <b>D</b> , nº <b>1</b> , Setor Noroeste, Brasília, Distrito Federal |
| Nº da Matrícula Cartorial               | <b>131430</b>   |
| Nome do Cartório de Registro de Imóveis | 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DF  |
| Área do terreno/espço destinada         | <b>1.930,81m²</b>   |

|                     |  |
|---------------------|--|
| Memorial descritivo | Finalidade de construir um templo religioso para atender a comunidade católica do Noroeste que abriga expressivo número de moradores militares, o que justifica a constituição de uma pastoral católica naquela localidade, sob a jurisdição do Ordinariado Militar do Brasil. |
|---------------------|--|

|   |  |
|---|--|
| RIP utilização                          | <b>9701.35602.500-6</b>  |
| Natureza do imóvel                      | URBANO   |
| Localização                             | Quadra <b>CRNW 706, Lote E, nº 1</b> , Setor Noroeste, Brasília, Distrito Federa   |
| Nº da Matricula Cartorial               | <b>131431</b>  |
| Nome do Cartório de Registro de Imóveis | 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DF   |
| Área do terreno/espço destinada         | <b>1.903,87m²</b>  |
| Memorial descritivo                     | Finalidade de construir um templo religioso para atender a comunidade católica do Noroeste que abriga expressivo número de moradores militares, o que justifica a constituição de uma pastoral católica naquela localidade, sob a jurisdição do Ordinariado Militar do Brasil. |

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1. A cessão tem como finalidade exclusiva a construção e manutenção de templo religioso, visando à prestação de assistência religiosa aos militares e servidores vinculados ao Ministério da Defesa, conforme previsto no Acordo celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, de 23 de outubro de 1989 (8306526), bem como apoio religioso aos fiéis católicos daquela região e entorno.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, mediante solicitação formal da CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes do término contratual.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA (MITRA DO ORDINARIADO MILITAR)

4.1. Cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Entrega nº 0200.DF.00013/2024 e em seu respectivo anexo, expedido pela Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF) e firmado em 13 de setembro de 2024, observando os prazos e condições nele estipulados (8412468);

4.1.1. Em caso de necessidade de prorrogação de prazo do Termo de Entrega, a solicitação deverá ser encaminhada à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF), por intermédio do CEDENTE;

4.2. Cercar, vigiar, zelar, administrar, conservar, fiscalizar, manter e guardar o imóvel, utilizando-se de todos os meios legais para sua proteção;

4.3. Permitir o livre acesso ao imóvel de servidores do CEDENTE, devidamente identificados;

4.4. Assumir integralmente o pagamento de todas as despesas decorrentes da ocupação do imóvel, incluindo vigilância, fornecimento de água, energia elétrica, serviços de limpeza, conservação, telefonia, internet, taxas, tarifas e tributos incidentes, incluindo aqueles que possam advir da criação de novos tributos ou taxas por partes dos órgãos competentes;

- 4.5. Obter PRÉVIA APROVAÇÃO do CEDENTE para a realização de qualquer obra de adequação, reforma, construção, ampliação ou demolição no espaço físico cedido, bem como providenciar, após a execução, a documentação necessária para eventual averbação no Cartório competente;
- 4.6. Obter e manter regulares os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução da finalidade da destinação;
- 4.7. Proporcionar e manter acessibilidade arquitetônica conforme legislação vigente e normas técnicas;
- 4.8. Devolver os imóveis em condições de conservação similares às da vistoria de entrada, com as benfeitorias que foram incorporadas aos imóveis ao longo da cessão de uso;
- 4.9. Não permitir invasão, cessão, ou uso do imóvel para fim diverso do previsto;
- 4.10. Adotar ações de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, incluindo boas práticas de gestão de energia e água, e coleta seletiva solidária;
- 4.11. Atender às determinações do Acórdão nº 853/2013 – TCU – Plenário em caso de contratação de obras públicas:
- 4.11.1. Realizar avaliações periódicas da qualidade das obras, no máximo a cada doze meses, durante o prazo de garantia quinquenal;
  - 4.11.2. Notificar o contratado em caso de defeitos na obra, exigindo soluções adequadas;
  - 4.11.3. Ajuizar ação judicial caso os reparos não sejam iniciados, podendo requerer tutela antecipada e multa diária;
  - 4.11.4. Arquivar documentos técnicos e administrativos relacionados à obra e à ocupação do imóvel; e
  - 4.11.5. Enviar anualmente ao CEDENTE relatório de cumprimento das obrigações contratuais em caso de obras contratadas.
- 4.12. Cumprir as obrigações previstas no anexo deste contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE (MD)**

- 5.1. Garantir a continuidade da titularidade da União sobre o imóvel;
- 5.2. Manter atualizados os dados do imóvel nos sistemas corporativos de gestão patrimonial da SPU, como o SPIUnet ou outro sistema que venha a substituí-lo, conforme as orientações técnicas e normativas vigentes;
- 5.3. Informar à SPU quaisquer alterações administrativas ou cadastrais relevantes relacionadas ao imóvel;
- 5.4. Acompanhar e validar os relatórios anuais enviados pela CESSIONÁRIA, assegurando conformidade com os requisitos legais e técnicos;
- 5.5. Participar das vistorias de entrada e saída do imóvel, garantindo a integridade das condições pactuadas;
- 5.6. Manter atualizados os registros do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis, conforme documentação fornecida pela CESSIONÁRIA;
- 5.7. Promover a interlocução institucional com a SPU para garantir a regularidade da cessão de uso e o cumprimento das obrigações legais;
- 5.8. Zelar pela integridade jurídica da cessão de uso, adotando medidas administrativas e legais em caso de descumprimento contratual;
- 5.9. Analisar e DELIBERAR sobre os pedidos de realização de obras formulados pela CESSIONÁRIA, concedendo ou negando a aprovação prévia, nos termos do art. 13, V, do Decreto nº 3.725/2001; e
- 5.10. É a vedada a utilização de recursos financeiros, pertencente ao CEDENTE, para pagamento de quaisquer tipo de despesas relacionada aos imóveis objeto dessa Cessão de Uso Gratuita.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

- 6.1. O contrato será rescindido, com retorno do imóvel à posse da União, nos seguintes casos:
- 6.1.1. Desvio de finalidade;
  - 6.1.2. Descumprimento de cláusula contratual;
  - 6.1.3. Não cumprimento do prazo de implantação da finalidade; e
  - 6.1.4. Renúncia, extinção ou encerramento das atividades da CESSIONÁRIA.

6.2. A cessão é PRECÁRIA e poderá ser REVOGADA a qualquer tempo por razões de interesse do serviço público, independentemente de indenização, nos termos do art. 13, VI, do Decreto nº 3.725/2001.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL**

7.1. A CESSIONÁRIA deverá comunicar a intenção de devolver o imóvel com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias;

7.2. Caso não seja feita a comunicação no prazo estabelecido no item acima, a CESSIONÁRIA será responsável pelas despesas e conservação pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da comunicação da intenção de devolução do imóvel por documento formal; e

7.3. A devolução deverá ser acompanhada por servidor do CEDENTE e poderá ser recusada se o imóvel não estiver em condições adequadas.

8. **CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES**

8.1. As alterações reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, com aprovação prévia da unidade jurídica do CEDENTE; na hipótese de necessidade de antecipação de efeitos, o aditivo será formalizado em até 1 (um) mês (art. 132); e

8.2. Apostilas poderão ser utilizadas para registros que não caracterizem alteração contratual (art. 136 da Lei nº 14.133/2021).

9. **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo CEDENTE, segundo a Lei nº 14.133/2021, a legislação patrimonial aplicável (Lei nº 9.636/1998 e normas correlatas) e demais normas federais pertinentes.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO**

10.1. Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012. Além disso, deverá ser providenciada a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, conforme determina o art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO**

11.1. As partes comprometem-se a buscar solução administrativa na Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Federal – CCAF, antes de recorrer ao Judiciário; e

11.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília/DF, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

**ANEXO DO CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITA**

Os prazos constantes na tabela abaixo estão ajustados ao Termo de Entrega nº 0200.DF.00013/2024, expedido pela Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU-DF) e firmado em 13 de setembro de 2024, observando as condições nele estipuladas ou dele decorrentes (8412468):

| Item | Categoria                 | Recorrente | Periodicidade | Descrição  | Prazo (meses) |
|------|---------------------------|------------|---------------|--|---------------|
| 1    | Implantação da finalidade | Não        | Única         | Apresentar projeto e cronograma                      | 6             |
| 2    | Manutenção da finalidade  | Sim        | Anual         | Relatório de atividades e uso                        | 10            |
| 3    | Atualização cadastral     | Sim        | Anual         | Atualizar dados no SPIUnet                           | 10            |
| 4    | Acessibilidade            | Sim        | Permanente    | Garantir acessibilidade conforme NBR 9050            | -             |
| 5    | Sustentabilidade          | Sim        | Permanente    | Implantar coleta seletiva e uso racional de recursos | -             |
|      |                           |            |               | Apresentar plano e                                   |               |

|   |                     |     |       |   |    |
|---|---------------------|-----|-------|---|----|
| 6 | PPCI                | Não | Única | laudo do Corpo de Bombeiros                       | 10 |
| 7 | Habite-se           | Não | Única | Apresentar carta emitida pelo poder público local | 10 |
| 8 | Prestação de contas | Sim | Anual | Relatório de cumprimento das obrigações           | 10 |

*Pelo Cedente:*

**HAROLD VANN HALLEN FONTES**  
Diretor

*Pela Cessionária:*

**DOM MARCONY VINÍCIUS FERREIRA**  
Representante do Ordinariado Militar

*Testemunhas:*

**FRANCISCO EDISMAR PEREIRA ELLER**  
Testemunha

**CIDINEI DE OLIVEIRA HONORATO**  
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **Cidinei de Oliveira Honorato, Fiscal de Contrato - Administrativo**, em 16/12/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edismar Pereira Eller, Gestor(a) de Contrato**, em 16/12/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcony Vinicius Ferreira, Arcebispo**, em 16/12/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Harold Vann Hallen Fontes, Diretor(a)**, em 16/12/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **8540612** e o código CRC **3065385D**.